



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Alagoas
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional – PRDI
Diretoria de Infraestrutura e Expansão – DIEX
Coordenação de Orçamento De Obras e de Apoio à Licitação - COOAL

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Contratação de empresa especializada/ profissional especializado para prestação de serviços de consultoria para a regularização do licenciamento ambiental/ autorização ambiental de correção do Campus Marechal Deodoro do Ifal.

Os serviços insertos neste Termo de Referência, dadas as suas características, enquadram-se no conceito de serviços comuns, conforme definido no parágrafo único, do Art. 1º, da Lei nº 10.520/2002 e no § 1º, do art. 2º, do Decreto nº 5.450/2005.

Órgão Gerenciador: Ifal – Marechal Deodoro (UASG 158380)

2. JUSTIFICATIVA

Necessidade de regularização ambiental do Campus Marechal Deodoro do Ifal, de modo a obter a Autorização ambiental de correção. Para isso, devem ser elaborados estudos por empresa especializada/ profissional especializado para a obtenção da licença/ autorização junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Saneamento, Agricultura, Pesca e Aquicultura de Marechal Deodoro. Tal licença é pré-requisito para o processo de regularização, o qual é exigido para os imóveis ou empreendimentos com construções já consolidadas, que estejam irregulares perante a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Saneamento, Agricultura, Pesca e Aquicultura de Marechal Deodoro, conforme Decreto Municipal nº 023, de 19 de novembro de 2014, que dispõe sobre o Sistema de Autorização Ambiental Municipal e dá outras providências e revoga o Decreto nº 015/2001, de 12 de Julho de 2001.

Faz-se necessário ainda que a empresa/ profissional de consultoria contratada faça o acompanhamento de todo o processo de licenciamento, desde a abertura até sua conclusão, o que inclui o pagamento das taxas e as publicações necessárias.

3. MODALIDADE DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico Tradicional, do tipo menor preço por ITEM.



(Handwritten signature)

4. FUNDAMENTO LEGAL

- 4.1. Decreto Municipal nº 023, de 19 de novembro de 2014, que dispõe sobre o Sistema de Autorização Ambiental Municipal e dá outras providências e revoga o Decreto nº 015/2001, de 12 de Julho de 2001.
- 4.2. Lei nº 10.520/2002, Decretos nº 5.450/2005, nº 2.271/1997 e nº 7.892/2013, Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 30 de Abril de 2008 e, subsidiariamente, a Lei nº 8.666/93 e suas alterações e legislação correlata.

5. METAS FÍSICAS

Os serviços serão prestados de acordo com a planilha a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CÓD. CATSER	EXCLUSIVO ME/EPP	QTDE.	UNID.
1	Regularização Ambiental da Licença de Operação/ autorização ambiental de correção do Campus Marechal Deodoro , situado na Rua Lourival Alfredo, Nº 176, Poeira. Marechal Deodoro/AL. CEP 57160-000. Telefones: (82) 3194.6000/ 3263-1100. ÁREA CONSTRUÍDA: 3.609,14m² ÁREA DO TERRENO: 38.846,75m²			1	und

O critério para fins de julgamento da(s) proposta(a) será o de **MENOR PREÇO POR ITEM**.

A descrição dos itens apresentada no sítio eletrônico www.comprasnet.gov.br poderá divergir, no todo ou em parte, ao que está descrito na Tabela acima. Nesse caso, a LICITANTE deverá considerar a descrição dos itens da relação apresentada neste Termo de Referência.

6. ESTIMATIVA DE PREÇOS

O valor estimado para a presente licitação foi obtido a partir da média aritmética dos preços da pesquisa de mercado que segue no Anexo 1. Foram enviados e-mails solicitando a cotação a diversas empresas e profissionais (e-mails no Anexo 1), porém, apenas quatro retornaram com a proposta de preço. Uma das propostas (da Mais Ambiental) apresentou valor muito acima das demais, por isso não foi considerada no cálculo da média.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTDE.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	TOTAL
1	Regularização Ambiental da Licença de Operação/ autorização ambiental de correção do Campus Marechal Deodoro , situado na Rua Lourival Alfredo, Nº 176, Poeira. Marechal Deodoro/AL. CEP 57160-000. Telefones: (82) 3194.6000/ 3263-1100 ÁREA CONSTRUÍDA: 3.609,14m² ÁREA DO TERRENO: 38.846,75m²	und	1	21.920,00	21.920,00



7. ESTRATÉGIA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1. LOCAL E HORÁRIO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

A apresentação dos referidos documentos deverá ser feita na Reitoria do Ifal - no 1º andar, sala 112 (Diretoria de Infraestrutura e Expansão - DIEX), rua Odilon Vasconcelos, 103 (esquina com Av. Júlio Marques Luz) Jatiúca - Maceió – AL, devendo ser acertado previamente com a referida seção por meio do telefone (82) 3194-1159.

7.2. PRAZO DE ENTREGA

O contratado terá um prazo de até 2 (dois) meses, a partir da emissão da ordem de serviço, para entregar o estudo ambiental e o PGRS. Em relação às pendências solicitadas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Saneamento, Agricultura, Pesca e Aquicultura de Marechal Deodoro, terá um prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da data em que for dada ciência da solicitação, para resolvê-las e apresentá-las à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Saneamento, Agricultura, Pesca e Aquicultura de Marechal Deodoro.

7.3. GARANTIA E QUALIDADE

O serviço será considerado como executado, após a aprovação do órgão competente, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Saneamento, Agricultura, Pesca e Aquicultura de Marechal Deodoro, e da entrega da licença/ autorização.

7.5. VISTORIA

A LICITANTE poderá realizar vistoria nos campus, devendo efetuar todas as verificações necessárias, inteirando-se das condições do local e de seu entorno, verificando o grau de dificuldade dos trabalhos, não se admitindo, posteriormente, qualquer alegação de desconhecimento das dificuldades e dos problemas associados ao mesmo.

Para a vistoria, o LICITANTE, ou o seu representante, deverá estar devidamente identificado, acompanhado por servidor do Ifal designado para esse fim, devendo o agendamento ser previamente efetuado com a DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E EXPANSÃO/ Reitoria-Ifal, através do telefone (82) 3194-1159.

Deverá ser apresentada Declaração de Vistoria, para fins de comprovação de que esta fora realizada no local onde serão executados/prestados os serviços. Caso opte por não realizar a vistoria, devido à complexidade e importância dos serviços envolvidos, o licitante deverá apresentar declaração do responsável técnico de que possui pleno conhecimento do objeto.

8. OBRIGAÇÕES DO IFAL

a) Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa cumprir sua(s) obrigação (ões) dentro das normas e condições estabelecidas neste Termo;



- b) Fornecer à contratada todas as informações necessárias, como projetos e documentos dos terrenos, por exemplo, ao perfeito cumprimento das obrigações assumidas;
- c) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, bem como atestar na nota fiscal/fatura a efetiva prestação dos serviços;
- d) Recusar com a devida justificativa, qualquer serviço prestado fora das especificações constantes no termo de referência;
- e) Efetuar o pagamento correspondente às faturas emitidas e devidamente;
- f) Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre quaisquer irregularidades constatadas, solicitando a regularização das mesmas.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

a) Executar o serviço conforme especificações e demais condições contidas neste Termo de Referência, considerando ainda os pontos abaixo relacionados:

1. **Requerimento de solicitação da Autorização ambiental de correção (modelo SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, SANEAMENTO, AGRICULTURA, PESCA E AQUICULTURA DE MARECHAL DEODORO):** um ofício do Ifal direcionado ao secretário da SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, SANEAMENTO, AGRICULTURA, PESCA E AQUICULTURA DE MARECHAL DEODORO, listando todos os documentos que estão sendo entregues ao órgão. A consultoria deverá orientar o Ifal na elaboração deste documento e deverá anexar a ele o modelo de requerimento do SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, SANEAMENTO, AGRICULTURA, PESCA E AQUICULTURA DE MARECHAL DEODORO;
2. **Cadastro de atividade/ empreendimento - autorização:** o Ifal deverá entregar o formulário preenchido e assinado à consultoria;
3. **Pagamento da taxa de autorização ambiental de correção:** de responsabilidade da consultoria ambiental, a qual deverá anexar ao processo a cópia do comprovante de pagamento;
4. **Publicação no Diário Oficial do (modelo SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, SANEAMENTO, AGRICULTURA, PESCA E AQUICULTURA DE MARECHAL DEODORO)** do aviso de solicitação da Autorização ambiental de correção feita à SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, SANEAMENTO, AGRICULTURA, PESCA E AQUICULTURA DE MARECHAL DEODORO: a publicação deverá ser feita pela consultoria, a qual deverá, inclusive, pagar as taxas de publicação;
5. **Cópia da Certidão Negativa de Débito – CND do IFAL** - o Ifal deverá entregar o documento à consultoria;
6. **Cópia do alvará de funcionamento do campus Marechal Deodoro-** o Ifal deverá entregar o documento à consultoria;
7. **Certidão do Corpo de Bombeiros do Projeto de Combate a incêndio e Pânico:** o Ifal deverá entregar à consultoria;
8. **Cópia do Registro do imóvel ou contrato de locação/ arrendamento** - o Ifal deverá entregar à consultoria;



9. **Cópia do CPF e RG do responsável legal** - o Ifal deverá entregar à consultoria;
 10. **Cópia da conta de água atual ou declaração de abastecimento do SAAEE** - o Ifal deverá entregar à consultoria;
 11. **Cópia da Outorga (SEMARH) para o uso da água para utilização de poços tubulares fornecida pelo órgão competente (quando couber)**- o Ifal deverá entregar à consultoria;
 12. **Cópia do projeto de localização** - o Ifal deverá entregar à consultoria;
 13. **Cópia do projeto hidrosanitário ou declaração de ligação de esgoto na rede pública (SAAE)** - o Ifal deverá entregar à consultoria;
 14. **Projeto arquitetônico ou partido urbanístico com curvas de nível, assinados e com ARTs/RRTs**: os projetos já existem e estão na Diretoria de Infraestrutura e Expansão do Ifal, devendo a consultoria ambiental solicitá-los, indicando exatamente os projetos que deverão ser entregues;
 15. **Estudos ambientais com as respectivas ARTs**: elaborados pela consultoria, conforme exigência do órgão licenciador;
 16. **PGRS (Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos) e PGRQ (Plano de Gerenciamento de Resíduos Químicos), quando couber, com sua respectiva ART**: elaborados pela consultoria.
 17. **Laudo da vigilância sanitária, quando couber**: elaborado pela consultoria.
 18. **Demais documentos exigidos pelo SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, SANEAMENTO, AGRICULTURA, PESCA E AQUICULTURA DE MARECHAL DEODORO-AL ao longo do processo.**
- b) Programar seus trabalhos de forma a não prejudicar o andamento normal das atividades no âmbito do Ifal;
- c) Manter, durante a execução do contrato, todas as condições da habilitação e da proposta;
- d) Responsabilizar-se pela qualidade dos itens ofertados e por sua troca, sem quaisquer ônus adicionais para o Ifal, caso não se encontrem dentro das especificações estabelecidas neste Termo;
- e) Responder por todas as despesas decorrentes de taxas, tributos de qualquer natureza que incidam ou venham a incidir sobre a prestação dos serviços, bem como as necessárias para a completa execução dos mesmos, inclusive as de natureza trabalhista, previdenciária, comercial, **frete e deslocamentos**;
- f) Responder pelos danos causados diretamente ao Ifal, decorrentes de sua culpa ou dolo quando do fornecimento;
- g) Manter o **endereço, número de telefone e endereço de e-mail** permanentemente atualizados.
- h) Não poderá alegar, em hipótese alguma, como justificativa ou defesa, desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimento das cláusulas e condições, de contrato, do termo de



2

referência, das especificações técnicas, bem como de tudo o que estiver contido nas normas pertinentes. A existência e a atuação da fiscalização em nada diminuirão a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA no que concerne aos serviços e suas implicações próximas ou remotas, sempre de conformidade com o contrato, o Código Civil e demais leis ou regulamentos vigentes e pertinentes, no Município, Estado e na União.

i) Refazer, sem nenhum acréscimo ao valor contratado, os serviços não realizados a contento.

j) Possuir representação local com competência para responder pela matriz, visto que serão necessárias várias visitas à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Saneamento, Agricultura, Pesca e Aquicultura de Marechal Deodoro - Al, à reitoria do Ifal (em Maceió-AL) e a alguns órgãos municipais.

10. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

10.1. Habilitação Jurídica:

10.1.1. Registro Comercial, no caso de empresa individual;

10.1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

10.1.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

10.1.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

10.2. Regularidade Fiscal:

10.2.1. Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF).

10.2.2. Prova de regularidade fiscal quanto aos créditos tributários federais administrados pela Secretaria da Receita Federal e quanto à Dívida Ativa da União Administrada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, inclusive as contribuições previdenciárias: Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND).

10.2.3. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS: Certidão de Regularidade e Situação – CRS, emitida pela Caixa Econômica Federal.

10.2.4. Prova de regularidade relativa aos débitos previdenciários: Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho – TST.

10.2.5. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio e/ou Certidão Negativa Municipal da Licitante, para fins de comprovação de recolhimento de Imposto Sobre Serviços (ISS) da sede do Licitante.

11.2.6. Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal, empregados menores de



18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, para fins do disposto no inciso XXXIII, do Art. 7º, da Constituição Federal.

Em atendimento à determinação do Tribunal de Contas da União, constante do Acórdão Nº 1.793/2011 do Plenário, serão realizadas, ainda, consultas:

11.2.7. ao **CEIS** (Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas), disponível no sítio www.portaltransparencia.gov.br; e

11.2.8. ao **Cadastro Nacional de Condenações por improbidade Administrativas (CNCIA)** do Conselho Nacional de Justiça, disponível no sítio http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php, com vistas a identificação de possíveis registros impeditivos da contratação.

10.3. Qualificação Econômico-financeira:

10.3.1. Comprovar boa situação financeira da LICITANTE, aferida com base nos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e liquidez Corrente (LC) maiores que um (>1), inclusive com a apresentação (se for o caso) de Balanço Patrimonial do último exercício explicitando os índices citados que poderão ser calculados pelas fórmulas abaixo:

1. Liquidez Geral =
$$\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$
2. Solvência Geral =
$$\frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$
3. Liquidez Corrente =
$$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

10.3.2. A LICITANTE que apresentar índices econômicos iguais ou inferiores a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente deverá comprovar que possui patrimônio líquido equivalente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

10.3.3. Certidão Negativa de Pedido de Falência ou Concordata, expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da pessoa jurídica.

10.3.4. A comprovação de regularidade jurídico-fiscal de ME e EPP dar-se-á de acordo com os artigos 42 e 43, §§ 1º e 2º, da Lei Complementar nº 123/2006.

10.4. Qualificação Técnica:

10.4.1. Um ou mais Atestado(s) de Capacidade Técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, no qual comprove que a LICITANTE prestou ou está prestando serviços pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos, com o objeto desta licitação, em papel timbrado da empresa.



a) O LICITANTE terá que comprovar que prestou ou está prestando, pelo menos, um serviço de consultoria ambiental para regularização de licença de operação/ autorização ambiental de correção.

10.4.2. Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, para fins do disposto no inciso XXXIII, do Art. 7º, da Constituição Federal.

11. FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado após a emissão da Nota de Empenho e certificação da prestação dos serviços licitados, em nota fiscal emitida pela empresa vencedora do certame.

12. DO CONTRATO

12.1. A futura contratada terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Termo de Referência

12.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada da futura contratada e aceita pela Administração.

12.3. O contrato, fruto desta licitação, terá vigência de **12 (doze) meses** contados a partir de sua assinatura.

13. DO PRAZO PARA RETIRADA DOS INSTRUMENTOS

O compromisso da prestação dos serviços, de acordo com a necessidade e a critério do INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS, será formalizado com a entrega da(s) Nota(s) de empenho pelo mesmo à(s) CONTRATADA(S), sendo regulada por todas as condições constantes deste Termo e das respectivas Atas de Registro de Preços.

A(s) Nota(s) de empenho será(ão) entregue(s) pelo INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS à(s) CONTRATADA(S) até **05 (cinco) dias úteis** após a assinatura da mesma.

A(s) Nota(s) de Empenho será(ão) enviada(s) pelo INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS à(s) CONTRATADA(S) via fax ou e-mail, para o número e endereço eletrônico, informados na carta proposta da LICITANTE.

14. SANÇÕES

As sanções por descumprimento de cláusulas deste Termo de Referência serão aquelas



constantes da Lei 8.666/1993 e suas alterações posteriores, as estabelecidas na Lei 10.520/2002 no Decreto 5.450/2005 e aquelas constantes no Edital do qual este Termo é anexo.

14.1. O inadimplemento, total ou parcial, das obrigações assumidas sujeitará a CONTRATADA às penalidades previstas na Seção II, Capítulo IV, da Lei nº. 8.666/93, garantida a prévia defesa, estipuladas as seguintes penalidades:

14.1.2. Advertência, que deverá ser feita através de notificação por meio de ofício mediante contra recibo do representante legal da CONTRATADA, estabelecendo prazo para cumprimento das obrigações descumpridas;

14.1.3. Multa de 0,03% (três centésimos por cento) por dia de atraso, sobre o valor do contrato no descumprimento das obrigações assumidas, até o 30º (trigésimo) dia;

14.1.4. Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso, sobre o valor do contrato e rescisão contratual no descumprimento das obrigações assumidas, após o 30º (trigésimo) dia, sem prejuízo das demais penalidades;

14.1.5. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos;

14.1.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Federal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, consoante inciso IV, Art. 87 da Lei n.º 8.666/93.

14.2. A multa aplicada será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela administração, ou cobrada judicialmente.

Maceió, 03 de maio de 2017.


Rafaella Cristina Teixeira Penedo

Coordenadora de Projetos de Obras e Apoio à Licitação
Responsável pelo Termo

Aprovo:


Reitor Sérgio Teixeira Costa
Reitor
IFAL

